



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

108

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação nº 0342449-3 – Bodocó (Vara única)

Agravante: Celpe Companhia Energética de Pernambuco - Celpe

Agravada: Mônica Calixto Galindo de Oliveira

Relator: Des. Jovaldo Nunes

EMENTA. RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA MONOCRÁTICA PROFERIDA EM SEDE DE APELAÇÃO. ENERGIA ELÉTRICA. CORTE NO FORNECIMENTO. AUSÊNCIA DE AVISO PRÉVIO E ESPECÍFICO. ABUSIVIDADE. DIREITO À INFORMAÇÃO PREJUDICADO. INADEQUAÇÃO DO SERVIÇO (RESOLUÇÃO DA ANEEL Nº456/00). ATO ILÍCITO. DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL E PROPORCIONAL. PRECEDENTES DESTA CORTE. RECURSO IMPROVIDO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. DECISÃO UNÂNIME.

1 – Não há como deixar de responsabilizar a conduta da concessionária de energia elétrica que interrompe (corte) o fornecimento de energia na unidade consumidora, sem efetuar o aviso prévio e específico, revelando abusiva referida conduta.

2 - A ausência de aviso prévio e específico revela inadequação do serviço, nos termos do art.91, I, § 1º, "a" da Resolução nº456/00 da ANEEL, o que prejudica o consumidor no seu direito à informação.

3 – *Quantum* indenizatório fixado de acordo com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, adotando-se os precedentes desta Corte

4- Agravo improvido por unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a **QUINTA CÂMARA CÍVEL** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **POR UNANIMIDADE DE VOTOS**, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife, 24 de setembro de 2014.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

08/103

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação nº 0342449-3 – Bodocó (Vara única)

Agravante: Celpe Companhia Energética de Pernambuco - Celpe

Agravada: Mônica Calixto Galindo de Oliveira

Relator: Des. Jovaldo Nunes

Relatório

Decisão agravada às fls. 80/84.

No primeiro grau foi proferido *decisum* na ação de indenização por danos morais proposta por Mônica Calixto Galindo de Oliveira contra Celpe – Companhia Energética de Pernambuco, decisão essa que ao tempo em que reconheceu a existência de ato ilícito praticado pela ré (corte de energia na residência do consumidor, sem aviso prévio e específico), julgou parcialmente procedente o pedido da inicial e a condenou a pagar a autora, a título de danos morais, o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

A CELPE (ré) interpôs apelação, à qual, monocraticamente, neguei seguimento ao recurso para manter a decisão de piso, por entender que a mesma está em conformidade com a jurisprudência desta Corte e do STJ.

Ainda irresignada, a CELPE (ré) interpôs este recurso de agravo, objetivando a reforma da decisão, para que seja julgado improcedente o pleito autoral.

É o Relatório.

Recife, 24 de setembro de 2014.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

104

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação nº 0342449-3 – Bodocó (Vara única)

Agravante: Celpe Companhia Energética de Pernambuco - Celpe

Agravada: Mônica Calixto Galindo de Oliveira

Relator: Des. Jovaldo Nunes

VOTO

Não convencido da mudança no entendimento por mim anteriormente esposado, submeto o feito à apreciação desta Colenda Câmara.

Presentes os requisitos de admissibilidade recursal, conheço deste recurso e passo a apreciá-lo.

Na parte que interessa, está assim vazada a decisão agravada (fls. 80/84):

"(...) Cinge-se o debate do presente recurso acerca da legalidade no corte de energia efetuado pela CELPE, sem que houvesse aviso prévio e específico do consumidor. Da sentença recorrida transcrevo o seguinte trecho (fls. 46/49): "(...) Sobressai dos autos que a requerente foi surpreendida pelo corte do fornecimento de energia elétrica, mesmo estando adimplente com o pagamento das contas de energia. Muito embora afirme a concessionária de serviço público que só efetuou o corte de energia após longo período de atraso das contas de energia, restou incontroverso, pela prova carreada aos autos, que o corte do fornecimento de energia ocorreu 02 (dois) dias do apagamento das contas em atraso, o que torna certa o dever de a requerida indenizar a autora por danos morais, pois é firme o entendimento, segundo o qual, o corte do fornecimento de energia corolário de débitos pretéritos gera dano moral, (...) Aliás, a simples falta de aviso prévio do corte de fornecimento de energia gera o dano moral a luz do sólido entendimento firmado junto ao Tribunal da Cidadania (...). Compulsando os autos, verifico que o requerido não demonstrou nos autos que enviou comunicação prévia do corte de fornecimento, o que faz incidir a obrigação de indenizar o consumidor. Outrossim, não se sustenta o argumento do requerido de que o corte do fornecimento de energia elétrica configura mero aborrecimento, consoante restou demonstrado pelos diversos julgados supra transcritos. Destarte, negligenciou o requerido, ao não tomar os devidos cuidados na prestação do serviço no sentido de evitar que o autor passasse por situação tão vexatória em virtude do corte indevido do fornecimento de energia, fatos que fazem com que se afigure devida a indenização moral pleiteada. Assentada, deste modo, a responsabilidade de indenizar do promovido, a próxima tarefa a ser cumprida diz respeito ao valor da indenização, posto que a fixação da reparação a título de danos morais deve ficar a critério do magistrado que para tanto deve sopesar os elementos objetivos e subjetivos. Contudo, esta tarefa deve ser cumprida com ponderação, a fim de, por um lado, estabelecer uma sanção para quem incorreu no equívoco fustigado, e, de outro, conceder uma reparação que deve ser proporcional e adequada ao constrangimento que representou o dano denunciado, pois, do contrário, representaria um enriquecimento indevido.(...)" No caso dos autos as faturas vencidas nos dias



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

105

15/09/2011 e 18/10/2011 foram pagas no dia 04/11/2011 (sexta-feira) e o corte de energia ocorreu no dia 06/11/2011 (domingo). Alegou a apelante que não houve tempo suficiente para suspender a ordem de corte. Consoante à argumentação da apelante seria necessário um prazo mínimo para a compensação da fatura, ao passo que o corte se deu 24 horas após o pagamento, configurando legítima sua atitude. Tal entendimento não merece prosperar, conforme se verá adiante. No ordenamento jurídico brasileiro é consabido que, embora haja a possibilidade de suspensão de serviços públicos, esta somente pode se dar de forma excepcional e após prévio aviso ao usuário do serviço. Tal conclusão se extrai da análise do art. 6º, §3º, II, da Lei n. 8987/95. No presente caso, há um ponto incontroverso, qual seja, as faturas vencidas nos dias 15/09/2011 e 18/10/2011 foram pagas no dia 04/11/2011, antes da efetivação do corte em 06/11/2011 – o que se infere dos documentos de fls. 09/10. Houve, no caso, corte indevido de fornecimento de energia, uma vez que não pode ser imputado à autora/apelada a responsabilidade pela vagariedade da compensação. Ademais, não restou provado que a apelante, antes de ordenar o corte da energia tenha pré-avisado à devedora. Note-se que já é pacífico no STJ o entendimento de que é ilegítimo a suspensão do fornecimento de serviços públicos essenciais quando não houver aviso prévio específico do consumidor inadimplente. (AgRg no Ag. 692.237/RS, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 27.03.2008) Assim, não há como deixar de responsabilizar a conduta da apelante pelo descumprimento de obrigação legal que deixou de promover o aviso prévio e específico do consumidor, o que revela inadequação do serviço, a teor do disposto no art. 91, I, § 1º, “a” da Resolução nº 456/00 da ANEEL e no art. 6º, § 1º, da Lei 8987/95. Como bem frisado pelo magistrado de 1º grau, é possível a interrupção do serviço, mas para que isso ocorra é imprescindível que se configure o inadimplemento voluntário do consumidor, mediante aviso prévio. Não se acolheria, pois, a pretensão autoral, caso pré-avisada a consumidora do corte de energia, uma vez que esta estava inadimplente com duas faturas e efetuou o pagamento de ambas numa sexta-feira, respectivamente, as 18:09:24 e as 18:08:01 (fls. 09 e 10). Assim, restando claro que não houve tempo suficiente para a suspensão da ordem de corte, já expedida. Assim, restou comprovado que a CELPE não agiu de acordo com o presente comando legal, tendo o consumidor o seu direito a informação prejudicado, pois caso avisado com antecedência poderia ter procedido ao adimplemento do seu débito, evitando o constrangimento de ter sua energia cortada. Houve, no caso, corte indevido de fornecimento de energia. Ademais, pela própria situação do caso em tela, ante a falta de aviso específico da concessionária acerca do procedimento, seria impossível ao autor/apelado prever que teria o fornecimento de energia suspenso. Presentes, portanto, a conduta ilícita da ré consubstanciada na ilegalidade da suspensão do fornecimento de energia elétrica, no que se impõe, indiscutivelmente, a condenação da apelante na obrigação de indenizar a autora por dano moral. Sabe-se, pois, que é pacífico o entendimento de que a falta de aviso prévio do corte de energia por atraso de pagamento causa dano moral indenizável (RESP 905.2013/RJ, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma). Ante tais fundamentos, inquestionável a configuração da prática de ato ilícito a ensejar indenização por danos morais. Nesse sentido, oportuna a transcrição de trecho da ementa de recente julgado desta Corte acerca do tema: AGRADO LEGAL EM APELAÇÃO COM



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

106

DECISÃO TERMINATIVA. SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO SEM AVISO PRÉVIO. ILEGALIDADE. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. É pacífico o entendimento desta Corte no sentido de que é ilícito à concessionária interromper o fornecimento de energia elétrica, se, após aviso prévio, o consumidor permanecer inadimplente no pagamento da respectiva conta. Porém, não ter sido comprovada a prévia notificação do usuário, ilegal o corte e cabível a indenização. 2. Agravo Legal a que se nega provimento. (TJPE, RA na AC nº 324884-4, Relator: Des. Stênio José de Sousa Neiva Coelho, Jul. 05.02.2014. 5ª CC, Publicação: 12/02/2014). Em casos análogos o Superior Tribunal de Justiça tem assim se pronunciado: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. CORTE DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA POR ATRASO DE PAGAMENTO. FALTA DE AVISO PRÉVIO. DANO MORAL. - A falta de aviso prévio do corte de energia por atraso de pagamento causa dano moral indenizável. (STJ - REsp: 905213 RJ 2006/0002754-8, Relator: Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, Data de Julgamento: 27/03/2008, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 19.05.2008 p. 1) No mesmo sentido: Apelação 283839-1(2ª CC, Relator: Des. Cândido Saraiva, julgamento : 05/02/2013); Agravo 289114-3/01 (1ª CC, Relator: Des. Josué Fonseca, julgamento: 29/01/2013), Agravo 276594-6/01 (4ª CC, Relator: Des. Eurico de Barros, julgamento: 16/08/2012) ACERCA DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A jurisprudência é firme no sentido de que a reparação a título de danos morais há de ser estipulada em consonância com as circunstâncias de cada caso e, tendo em vista as posses do ofensor e a situação pessoal do ofendido, evitando-se, portanto, que se converta em fonte de enriquecimento ou se revele inexpressiva, o que foi plenamente observado pelo magistrado *a quo*. Nesse sentido, oportuna a transcrição de trecho de ementa de recente julgado desta Corte acerca do tema: EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ENERGIA ELÉTRICA. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA E ESPECÍFICA. DANO MORAL CONFIGURADO. OMISSÃO INEXISTENTE. MATÉRIA. PREQUESTIONAMENTO. A suspensão do fornecimento de energia elétrica deve ser precedida de notificação prévia e específica, não bastando para tal finalidade, o simples aviso de corte estampado nas faturas mensais enviadas ao consumidor. As concessionárias de serviço público, mesmo exercendo poderes de autotutela, suspendendo o fornecimento do serviço quando se verificar a inadimplência, não têm o direito de impor gravames ou sanções que atinjam diretamente a esfera jurídica dos consumidores, sem ouvi-los e sem preservar-lhes o direito de defesa. O dano moral decorre da conduta ilícita ou injusta que atente contra a dignidade da pessoa humana. O valor da indenização por dano moral fixado em R\$ 5.000,00 atende aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, não se afigurando excessivo. O órgão jurisdicional não está obrigado a tecer considerações a respeito de todos os pontos levantados pelas partes, bastando que estejam presentes os elementos necessários à formação da convicção do juiz e suficientes para o desate da questão. (TJPE, ED na AC nº 190854-7. Rel. Des. Adalberto de Oliveira Melo. Julgamento: 27/11/2013, 2ª CC, Publicação: 09/12/2013) QUANTO À CORREÇÃO MONETÁRIA E AOS JUROS DE MORAS Sabe-se que a fixação da correção monetária e dos



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

107

juros moratórios é matéria de ordem pública, passível de revisão de ofício (REsp 1112524/DF, Corte Especial, Rel. Ministro Luiz Fux, julgado em 01/09/2010, DJe 30/09/2010; AgRg no REsp 1238741/SC, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/04/2011, DJe 12/05/2011). Assim, por se tratar de pedido indenizatório por danos morais oriundo de relação contratual, o termo inicial dos juros de mora contam-se da citação, a teor do art. 219, do CPC e a correção monetária incide desde a data do arbitramento, Súmula n. 362 /STJ. (...)"

Não observo, nas razões recursais motivos que possam ensejar mudança no entendimento esposado na decisão combatida, posto que a recorrente trata apenas de repetir os argumentos por ela formulados nas razões do apelo.

Como já estabelecido no inciso II do § 3º do art. 6º da Lei nº 8987/95 é possível a interrupção do serviço, mas para que isso ocorra é imprescindível que se configure o inadimplemento voluntário do consumidor, e que a conduta seja antecedida de aviso prévio, o que inexistiu no caso em debate.

Ademais, a exegese do art.6º, § 3º do CDC exige **notificação específica, o que não foi realizado no presente caso, como bem frisado por esta Relatoria.**

O STJ já pacificou o entendimento de que "a falta de aviso prévio do corte de energia por atraso de pagamento causa dano moral indenizável", pois o consumidor tem seu direito à informação plenamente prejudicado.

Assim, não observo, no referido recurso, qualquer argumentação que venha ensejar modificação no posicionamento adotado na decisão agravada, posto que, como visto, encontra-se em sintonia com o entendimento desta Corte e do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, voto no sentido de **negar provimento** ao recurso, mantendo na íntegra a decisão terminativa.

É como voto.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator